



Senado da Argentina aprova reforma trabalhista que amplia jornada para 12 horas e cria ‘salário dinâmico’

14/02/2026

O Senado da Argentina aprovou, na quinta-feira (12/2), o projeto de reforma trabalhista encaminhado pelo presidente Javier Milei. A votação, que encerrou mais de 13 horas de debates, terminou com 42 votos favoráveis e 30 contrários. O texto agora será analisado pela Câmara dos Deputados.

A medida é considerada o carro-chefe da agenda econômica do governo e representa uma das principais vitórias legislativas de Milei desde o início do mandato. Em comunicado divulgado após a aprovação, o presidente classificou a reforma como um “ponto de virada na história trabalhista argentina” e uma “transformação profunda” destinada a reduzir burocracias e atualizar normas consideradas, por ele, obsoletas diante das mudanças econômicas e tecnológicas.

A sessão foi marcada por forte tensão política e protestos nas ruas de Buenos Aires. Manifestantes convocados por centrais sindicais, incluindo a Confederação Geral do Trabalho (CGT), entraram em confronto com forças de segurança em frente ao Congresso. Houve registro de coquetéis molotov e repressão policial, com impacto em serviços públicos na capital.

O que muda com a reforma

Aprovada com ajustes em relação à versão original do Executivo, a proposta promove alterações significativas nas regras de contratação, jornada, remuneração, indenizações e organização sindical.

Jornada de trabalho

O texto permite a ampliação da jornada diária de 8 para até 12 horas, desde que respeitado intervalo mínimo de 12 horas entre expedientes. Também institui o banco de horas, possibilitando a compensação de horas extras com folgas, em substituição ao pagamento adicional obrigatório.

Salário ‘dinâmico’ e pagamento em moeda estrangeira

A reforma cria o conceito de “salários dinâmicos”, que podem variar conforme metas de produtividade ou mérito individual, inclusive com possibilidade de definição por ato unilateral do empregador, conforme o acordo coletivo aplicável. O texto também autoriza o pagamento de salários em pesos ou em moeda estrangeira.

Indenizações por demissão

O cálculo da indenização por demissão sem justa causa deixa de incluir itens como 13º salário, férias e bônus na base de cálculo, reduzindo o valor final devido. Empresas poderão parcelar condenações trabalhistas em até seis vezes (grandes empresas) ou 12 vezes (pequenas e médias). Foi criado ainda o Fundo de Assistência ao Trabalho (FAL), mecanismo destinado a dar previsibilidade aos custos de demissão.

Spacca

Licenças médicas e afastamentos

Em casos de doença ou acidente não relacionado ao trabalho, o trabalhador poderá receber 50% do salário-base se o evento decorrer de ato considerado voluntário e de risco, ou 75% nos demais casos. As férias poderão ser fracionadas em períodos mínimos de sete dias, mediante acordo.

Greves e organização sindical

A reforma amplia o rol de atividades consideradas essenciais, exigindo funcionamento mínimo de 75% dos serviços durante greves. A lista passa a incluir telecomunicações, comércio, portos, imigração e educação (exceto universidades). Assembleias no local de trabalho dependerão de autorização do empregador, e bloqueios ou ocupações poderão ser classificados como infrações graves.

Contribuições e incentivos

O texto prevê redução temporária de contribuições patronais para incentivar a formalização e inclui perdão parcial de dívidas previdenciárias. Durante as negociações no Senado, foi retirada a proposta de redução do Imposto de Renda para grandes empresas e excluída a possibilidade de pagamento de salários por meio de carteiras virtuais, após pressão de bancos tradicionais. Por outro lado, manteve-se a obrigação de recolhimento automático de contribuições sindicais, com limite de 2%, como concessão aos sindicatos.

Segundo o governo, as mudanças são necessárias para estimular investimentos e ampliar o emprego formal em um país onde cerca de 40% dos trabalhadores atuam na informalidade. Senadores da oposição e entidades sindicais argumentam que o pacote representa retirada de direitos consolidados e enfraquecimento da proteção trabalhista em meio à recessão.

Breve análise

A aprovação da reforma sinaliza uma reconfiguração do modelo trabalhista argentino, tradicionalmente marcado por forte proteção legal e protagonismo sindical. A ampliação da jornada, a flexibilização das negociações coletivas e a redefinição das indenizações alteram o equilíbrio histórico entre empregadores e trabalhadores.

Do ponto de vista econômico, o governo alega a redução de custos e a previsibilidade jurídica como motores para atrair investimentos e formalizar empregos. Contudo, a experiência comparada em outros países demonstra que reformas dessa natureza nem sempre resultam em crescimento do emprego formal ou melhora da renda média.

Politicamente, a matéria ainda enfrentará novo teste na Câmara dos Deputados, onde poderá sofrer alterações. Socialmente, a intensidade dos protestos indica que o tema seguirá como um dos principais focos de tensão na Argentina, refletindo o embate entre uma agenda liberal de flexibilização e a tradição histórica de proteção trabalhista no país.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-fev-14/senado-da-argentina-aprova-reforma-trabalhista-que-amplia-jornada-para-12-horas-e-cria-salario-dinamico/>

